

**FUCAPE WORKING PAPERS**

**Instituições e organizações: o caso do  
agroturismo em Venda Nova do Imigrante - ES**

Jazan Mageski Alves (FUCAPE Business School)  
Marcelo Sanches Pagliarussi (FUCAPE Business School)  
André Carlos Busanelli de Aquino (FEARP-USP)

No. 11/ (Dezembro) 2008

# INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES: O CASO DO AGROTURISMO EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES

Jazan Mageski Alves<sup>1</sup> (FUCAPE<sup>2</sup>)

Marcelo Sanches Pagliarussi<sup>3</sup>

André Carlos Busanelli de Aquino<sup>4</sup> (FEARP-USP)

## 1 - INTRODUÇÃO

O presente estudo teve o objetivo de ampliar a compreensão sobre o processo de desenvolvimento das atividades econômicas associadas ao agroturismo. O agroturismo já foi considerado anticomercial, por apresentar baixo padrão de instalações e conforto, falta de profissionalismo e de organização de sua estrutura, e pelo fato de ser um negócio de pequena escala e de difícil controle administrativo (DAVIDSON, 1992). Entretanto, Nilsson (2002) observa que, no contexto europeu, muitos produtores continuam aderindo ao negócio do agroturismo. O autor explica que a atividade representa renda adicional e força a auto-regulação em relação à manutenção da propriedade rural.

Comumente, as principais dificuldades identificadas ao desenvolvimento de atividades de agroturismo são a deficiência de conhecimentos específicos sobre a prestação de serviços de turismo e a falta de habilidades gerenciais dos agentes envolvidos, tanto internamente às propriedades rurais quanto externamente (Fletcher e Cooper, 1996). O desenvolvimento do agroturismo foi estudado por autores como Silva, Vilarinho e Dale (1998), Busby e Rendle (1999), Campanhola (1999), Schneider e Fialho (2000), Roque (2001) e Yoon *et al.* (2001). Os autores, focando diferentes contextos regionais e nacionais, voltaram-se para a compreensão da dinâmica desse desenvolvimento, com foco na identificação de aspectos relacionados com o maior ou menor crescimento do setor.

Apesar das dificuldades associadas ao agroturismo, é possível sumarizar, a partir desses estudos, aspectos positivos associados ao agroturismo, tais como: (a) alternativa de renda adicional para o produtor rural; (b) o turismo é um agente de mudança social pelo intercâmbio de costumes urbanos e rurais; (c) o aumento da qualidade da infra-estrutura nas áreas do turismo; (d) a redução da saída de mão-de-obra do meio rural; (e) aumento da oferta de empregos e a melhoria da qualidade de vida; e (f) o agroturismo é uma ferramenta que contribui para o desenvolvimento local.

A exposição desses aspectos deixa em aberto a dinâmica que os envolve e sua inserção nos contextos regionais nos quais se manifestam. No sentido de ampliar a compreensão sobre essa dinâmica, este artigo buscou aporte teórico nas contribuições da chamada Nova Economia Institucional. De maneira mais específica, os principais conceitos trazidos como base da discussão são: (a) as instituições como fontes de restrição e capacitação das ações humanas (NORTH, 1990 e 2005); (b) as instituições como provedoras de *enforcement* e poder coercivo (AOKI, 2001; GREIF, 2005); (c) os conceitos de *path-dependence* e (d) mudança incremental,

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Contábeis pela Fucape Business School. E-mail: [jazan.alves@uol.com.br](mailto:jazan.alves@uol.com.br)

<sup>2</sup> FUCAPE Business School, Av. Fernando Ferrari, no1358 - Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29075-010, <http://www.fucape.br>

<sup>3</sup> Professor Assistente da Fucape Business School. E-mail: [marcelo@fucape.br](mailto:marcelo@fucape.br)

<sup>4</sup> Professor Doutor do Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. E-mail: [aaquino@usp.br](mailto:aaquino@usp.br)

fundamentais para o entendimento dos processos de mudança institucional (AOKI, 2001; NORTH, 1990, 2005).

A partir das contribuições dos estudos anteriores sobre agroturismo, as articulações teóricas da Nova Economia Institucional foram confrontadas em uma investigação empírica sobre o desenvolvimento do agroturismo no município de Venda Nova do Imigrante, no estado do Espírito Santo. A coleta de dados do estudo empírico partiu de uma pesquisa documental sobre aspectos históricos de Venda Nova do Imigrante e de sua relação com a dinâmica da mudança institucional associada ao agroturismo. Em seguida foram realizadas entrevistas e observação participante. O tratamento de dados foi realizado por meio da análise do conteúdo, dentro da abordagem temática (Bardin, 1997).

A escolha do *locus* do estudo de caso se justifica pelo Estado do Espírito Santo ser apontado como um dos pioneiros na implantação da atividade de agroturismo no Brasil (PIN e CARNIELLI, 2007). O agroturismo no Espírito Santo se iniciou por meio de um projeto piloto, contemplando a Região Serrana Central, que atualmente constitui um dos arranjos produtivos do Estado, o chamado APL de Agroturismo (ESPÍRITO SANTO, s.d.). A cidade de Venda Nova do Imigrante é apontada como tendo representado um papel determinante na definição do modelo governança adotado pelos participantes da atividade do agroturismo no Estado (PIN e CARNIELLI, 2007; SEBRAE, 2005).

Como resultado, a partir das articulações teóricas e empíricas realizadas, o presente estudo indica que o agroturismo se iniciou em Venda Nova do Imigrante em um contexto institucional caracterizado pela existência de transações personalizadas, com baixos custos de transação e pouca eficiência na produção de bens e serviços. Atualmente, as evidências permitem sugerir a existência de um processo de transição ainda não concluído, pois há uma tensão entre as regras formais, recentemente alteradas, e as tradições culturais com raízes na colonização italiana, que ainda persistem.

Para chegar a essa contribuição o artigo, inicialmente, discute e articula contribuições teóricas sobre o setor de agroturismo e a chamada Nova Economia Institucional. Em seguida, apresenta a metodologia e a contextualização do estudo de caso, analisado em confronto com as articulações teóricas anteriores. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

## **2 – PREMISSAS E PROPOSIÇÕES DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL**

O conceito de instituição tem sido presença imanente e transcendente na pesquisa em diversas áreas da economia, da sociologia e das ciências políticas. Com importantes contribuições advindas da psicologia e se ramificando na área organizacional, há uma longa tradição no desenvolvimento de pesquisas envolvendo algum tipo de teoria institucional. Assim, o termo instituição continua a se desdobrar em significados novos ao longo do tempo (SCOTT, 2001). A própria natureza dinâmica das instituições, presente em praticamente todas as abordagens teóricas sugeridas, faz com que o entendimento do termo instituição se transforme com o passar do tempo e das mudanças institucionais. Scott (2001) apresenta o pensamento institucional como um projeto contemporâneo, em andamento, baseado nos esforços de pesquisa de alguns dos mais influentes pesquisadores desde o final do século XIX até o presente.

A diversidade de disciplinas que se dedicam a produzir teorias institucionais resulta em variações ao longo de três eixos principais: aspectos micro versus macro; aspectos cognitivos versus normativos; e em relação à importância que as teorias

atribuem à escolha individual ou às redes relacionais (DIMAGGIO e POWELL, 1991).

A escolha de uma definição conceitual do termo instituição, que combine um conjunto de posições em relação aos três eixos mencionados, depende do objetivo da análise (AOKI, 2001). O objetivo deste trabalho, de entender a dinâmica de mudança institucional e sua relação com o desenvolvimento da atividade econômica do agroturismo, direciona à adoção de definições conceituais da economia. Conforme será desenvolvido a seguir, a Nova Economia Institucional oferece um aparato teórico abrangente o suficiente para dar suporte à execução do presente estudo.

## **2.1 – A influência das instituições no comportamento**

Partindo dos modelos de escolha racional, alguns teóricos como Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North buscaram adicionar maior dose de realismo às premissas microeconômicas (DIMAGGIO e POWELL, 1991). Douglass North, um dos principais pesquisadores da NEI, afirma em seu estudo de 1990 que as instituições são criações do ser humano, que evoluem e são alteradas pelas ações humanas. Assim, uma teoria institucional deveria, como é o caso da NEI, partir de premissas sobre o comportamento humano (NORTH, 1990). Aí começam as dificuldades da análise institucional. As premissas são definidas no nível individual, porém o processo de teorização passa por níveis crescentes de agregação, como a transação (WILLIAMSON, 1985, 2005), o jogo (GREIF, 1994; AOKI, 2001) ou o ambiente institucional (NORTH, 1990). E uma das proposições centrais da teoria é que o ambiente institucional determina os custos de realizar transações, por exemplo. A dificuldade de mensurar os custos de transação tem frequentemente levado os pesquisadores a adotar uma abordagem comparativa em seus estudos.

North (1990) defende ainda que a construção de uma teoria com base na escolha individual representa um passo adiante na reconciliação da economia com as outras ciências sociais. A fundamentação da análise numa evolução do modelo de escolha racional permite a construção de hipóteses logicamente robustas e testáveis empiricamente (NORTH, 1990). No entanto, a partir dessa base de premissas sobre o comportamento individual, os estudos teóricos e empíricos se concentram basicamente em dois níveis de análise: o ambiente institucional ou a transação.

Na análise do ambiente institucional, destaca-se a abordagem teórica proposta por North (1990, 1991, 2005). O autor define as instituições como as regras do jogo em uma sociedade, ou as restrições projetadas pelos seres humanos para o comportamento em sociedade (NORTH, 1990). O autor procura explicar a natureza das instituições e as conseqüências dos diferentes ambientes institucionais no desempenho econômico das sociedades (NORTH, 1990). Neste processo, North (1990) apresenta também uma teoria para a mudança institucional, a qual ocorreria por meio de processos incrementais e dependentes do caminho anterior.

Ao oferecer uma estrutura para a vida cotidiana, as instituições teriam assim um papel de reduzir a incerteza das escolhas diárias (NORTH, 1990). As instituições seriam então formadas por regras formais e informais, além das características de *enforcement* de ambas (NORTH, 2005). As regras formais são as leis escritas, e influenciam diretamente a complexidade das transações em uma economia, pois definem aspectos de direitos de propriedade que são fundamentais para o investimento em especialização e divisão do trabalho (NORTH, 1990). As regras

informais são os códigos de conduta e as convenções sociais, que influenciam na reputação do indivíduo e assim suplementam as regras formais (NORTH, 1990). As regras informais são originadas da cultura e definem os modos de processamento e uso das informações pelos indivíduos (NORTH, 1990). Conforme será elaborado mais adiante, a persistência dos traços culturais resulta na característica incremental do processo de mudança institucional

A proposta de North (1990) é que as regras e procedimentos são desenvolvidos a partir das incertezas existentes sobre o comportamento dos outros indivíduos nas interações humanas. As limitações cognitivas levariam os indivíduos a desenvolver heurísticas que, no longo prazo, formam as instituições, limitando o conjunto de opções de ação disponível aos indivíduos (NORTH, 1990). Tais heurísticas seriam facilitadores do processo de tomada de decisão em situações envolvendo incerteza.

Os jogadores submetidos a tais regras são as organizações, as quais também fornecem estrutura para a vida diária (North, 1990). A diferença entre instituições e organizações é que estas procuram vencer o jogo estabelecido pelas primeiras por meio de uma combinação de habilidades, estratégia e coordenação, incluindo possíveis violações às regras em algumas situações (NORTH, 1990).

Limitações cognitivas, informação incompleta e dificuldades admitidas no monitoramento e na aplicação efetiva das regras de conduta fazem parte das premissas sobre o qual se fundamenta a análise institucional baseada na NEI (DIMAGGIO e POWELL, 1991). Com base nessas premissas, North (1990, 2005) elabora outras para propor a sua teoria para mudança institucional, a qual será discutida posteriormente no texto.

É interessante notar que, apesar de propor as instituições como regras do jogo e como restrições ao comportamento humano, tanto North (1990) como posteriormente Aoki (2001) destacam que as instituições facilitam a tomada de decisão em um sem número de situações. Aoki (2001) destaca o duplo papel de restrição e capacitação das ações humanas desempenhado pelas instituições. Assim como North (1990) afirma que as instituições estruturam a vida cotidiana e reduzem as incertezas da vida diária, Aoki (2001) enfatiza que os indivíduos possuem capacidade limitada de processamento da miríade de informações que podem ser obtidas, e que o *feedback* resultante de suas ações é imperfeito. Assim, as instituições permitem que os indivíduos economizem no processamento das informações, pois ao restringir os cursos possíveis de ação, capacitam os indivíduos a agir (AOKI, 2001).

## **2.2 – Instituições, custos de transação e de produção**

Nas transações envolvendo indivíduos e organizações, as três premissas mencionadas anteriormente resultam em custos de mensuração dos atributos que envolvem o bem transacionado (BARZEL, 1982). Por exemplo, caso as informações sobre os bens fossem completas e sem custo, não haveria a necessidade de garantias, pois os atributos e os defeitos dos produtos seriam identificados prontamente no momento da transação (Barzel, 1982). Daí, o autor propõe que as dificuldades intrinsecamente associadas à mensuração dos atributos de um bem exigem a adoção de determinadas salvaguardas contratuais, as quais representam custos extras na transação. Outras fontes de custo são as dificuldades de delineamento dos direitos de propriedade sobre o bem transacionado (NORTH, 1990).

As dificuldades de mensuração e de definição dos direitos sobre o bem transacionado são associadas à assimetria de informação entre os jogadores e às premissas da escolha racional. O resultado é a existência de custos positivos em todas as transações. Tais custos se manifestam na forma de garantias, registros de marcas e patentes, custos de seleção de bens, estudos de tempos e movimentos e salvaguardas contratuais, incluindo o sistema judiciário (NORTH, 1990).

Para North (1990) a conexão entre o ambiente institucional e os custos de transação é que o primeiro determina o último, e que as organizações, ao buscarem minimizar tais custos, podem alocar esforços na mudança das regras. Assim, antes de passar a discutir a relação entre mudança institucional e desenvolvimento econômico, é interessante fazer uma breve menção ao trabalho de Oliver Williamson. A economia da governança é um dos termos que Williamson (2005) usa para definir o estudo das formas praticáveis de organização das transações, todas menos eficientes em comparação com as formas hipoteticamente idealizadas.

Ao focar o nível das transações, Williamson (2005) analisa principalmente os arranjos bilaterais de ordenamento privado. Williamson (2005) reforça a ênfase no papel das instituições sobre o nível de detalhamento dos contratos que suportam a realização de transações em um dado ambiente econômico. A lógica proposta por North (1990), também adotada por Williamson, é a de que o ambiente institucional determina o nível dos custos de transação e de produção. Quanto menor a soma destes custos, mais viável é a realização de transações complexas, as quais necessitam de contratos com delineamento apropriado dos direitos de propriedade. Os menores níveis de custos de transação implicam que é economicamente viável obter informações necessárias para reduzir a incerteza associada à elaboração dos contratos (North, 1990).

A estrutura de governança, definida de modo a proteger os direitos de propriedade das partes envolvidas contra os diferentes tipos de ameaças associadas a cada transação, é função das características da transação (Williamson, 1985). A partir daí, Williamson (1985) desenvolve a sua teoria para explicar como as organizações se estruturam internamente em resposta às características das transações que executam em um determinado ambiente institucional.

Os custos de transação desempenham papel central na relação entre as instituições e o desempenho econômico de um país. As regras formais, como as leis, definem a estrutura de proteção aos direitos de propriedade. Os contratos definem as características gerais e específicas das transações, incluindo os mecanismos de proteção, mensuração e sanções associadas ao não cumprimento das cláusulas. No entanto, os custos de mensuração resultam em contratos incompletos (NORTH, 1990). Daí, as regras informais desempenham papel fundamental nos acordos bilaterais (NORTH, 1990).

### **2.3 – Mudança institucional**

North (1990) inicia a sua teoria para a mudança institucional propondo que as organizações induzem este tipo de mudança. Os limites impostos pelas instituições definem o conjunto de habilidades e conhecimentos nos quais haverá maior retorno em empenhar esforços de obtenção (NORTH, 1990). O autor discute que o desenvolvimento de conhecimento altera as percepções que as pessoas têm a respeito do mundo a sua volta, e que a nova percepção levará a busca de novos conhecimentos, num processo iterativo (NORTH, 1990).

Os indivíduos e as organizações, ao agir em busca de maximizar seu bem estar, realizam escolhas dentro dos limites institucionalizados, e neste processo

percebem a necessidade de alterar os limites (NORTH, 1990). No entanto, a sua capacidade de interferir nas instituições vigentes depende do seu poder de barganha relativo aos outros grupos (NORTH, 1990). O processo de mudança nas regras é influenciado também pela persistência cultural, característica das regras informais, que resulta em um caminho evolucionário para a mudança institucional (NORTH, 1990; GREIF, 1994; AOKI, 2001).

Posteriormente, North (2005) sintetizou cinco proposições para caracterizar o processo de mudança institucional. São elas: (1) o entendimento da mudança institucional passa pela análise da interação contínua entre instituições e organizações em condições ambientais de escassez de recursos e competição; (2) a competição leva as organizações a investir continuamente em novos conhecimentos e habilidades para sobreviver. O efeito aprendizagem está associado a retornos crescentes num dado caminho institucional; (3) o ambiente institucional define a estrutura de incentivos com a qual as organizações fazem suas escolhas de aquisição de conhecimento e habilidades; (4) as percepções a respeito das regras do jogo e do comportamento dos indivíduos são derivadas dos construtos mentais dos jogadores; e (5) economias de escala, de escopo e externalidades de rede, associadas ao efeito aprendizagem, tornam a mudança institucional destacadamente incremental e dependente do caminho anterior.

Existem elevados custos fixos iniciais associados à mudança institucional e o *feedback* que os indivíduos obtêm na tomada de suas decisões é incompleto. Como resultado, há uma intensa formação de coalizões visando a aumentar o poder de barganha dos indivíduos e grupos. Porém, os conflitos internos decorrentes dos interesses divergentes se manifestam logo após a mudança das regras formais (NORTH, 1990). Como as regras informais permanecem atuantes há uma tensão com as regras formais, e o novo equilíbrio resulta bem menos revolucionário que o esperado pelos agentes que planejaram e investiram na mudança (NORTH, 1990). Adicionalmente, o *feedback* incompleto resultante da ineficiência dos mercados leva os indivíduos a adotarem modelos subjetivos e historicamente derivados a respeito das regras e do comportamento dos outros indivíduos (NORTH).

## **2.4 – Os aspectos cognitivos da mudança institucional**

As crenças culturais têm sido constantemente apontadas em estudos da Nova Economia Institucional como os principais determinantes da estrutura institucional (GREIF, 1994; AOKI, 2001; NORTH, 2005). Um dos desafios tem sido o entendimento do papel desempenhado pelas convicções, idéias, dogmas e ideologias na dinâmica institucional (NORTH, 1990). Neste sentido, Greif (1994, 1997, 1998 e 2005) e Aoki (2001) têm dedicado esforços, nas últimas duas décadas, visando a propor e aplicar modelos de análise que permitam incorporar os aspectos culturais na pesquisa institucional econômica. Os trabalhos de ambos suplementam as proposições teóricas de Douglass North, conforme será exposto a seguir.

Aoki (2001) elabora a questão dos modelos mentais utilizados pelos indivíduos a tal ponto que incorpora este aspecto na sua definição de instituições e de mudança institucional. O autor buscou incorporar às proposições econômicas contribuições da sociologia, ciência política, direito e psicologia cognitiva na construção de uma teoria institucional (AOKI, 2001). Sua definição de instituições também contém explicitamente a dinâmica da mudança. As instituições se estabelecem como resultado do equilíbrio de um jogo entre as organizações, submetidas a um conjunto de regras prévio (AOKI, 2001). Tal entendimento das instituições implica que estas não podem estar congeladas, pois a alteração de

determinadas condições específicas é força motriz para o alcance de outro estado de equilíbrio.

Para Aoki (2001) as instituições são sistemas auto-sustentados de crenças compartilhadas a respeito das condutas em interações repetidas entre indivíduos ou organizações. São equivalentes às regras do jogo de North, porém são geradas endogenamente. Quando as ações derivadas de tais crenças ou modelos não produzem os resultados esperados, um estado geral de crise é percebido de modo crescente pelos indivíduos, e novos modelos subjetivos são buscados, até que um novo equilíbrio seja alcançado (AOKI, 2001). O equilíbrio é então auto-sustentado pelos comportamentos dos indivíduos, de modo que as instituições são percebidas como fato, ou são objetivadas, até que uma nova crise surja (AOKI, 2001). É possível observar que definição de instituições oferecida por Aoki é consistente com as abordagens fenomenológicas de Berger e Luckmann e da Nova Sociologia Institucional, exemplificada pelos trabalhos de W. Richard Scott (AOKI, 2001).

Um desafio presente no processo de identificar os estados de equilíbrio possíveis nessa dinâmica é que o modelo inicial para um dado ambiente institucional requer a especificação de algumas regras exógenas (AOKI, 2001). Aoki (2001) e Greif (1998) propõem que o conceito de *path dependence* e a análise histórica são as chaves para o estabelecimento dos aspectos tecnológicos e institucionais que devem ser estabelecidos exogenamente. A partir daí, os dois autores propõem a modelagem de jogos historicamente contextualizados como a escolha mais apropriada para a análise histórica e institucional comparada (GREIF, 1997; AOKI, 2001).

O uso da Teoria dos Jogos e da análise histórica como ferramentas teóricas e metodológicas para o entendimento de como diferentes conjuntos de regras e costumes se cristalizam tem sido aplicado consistentemente por Aoki (2001) e Greif (1994, 1997 e 2005). Um dos resultados encontrados explica as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento em termos de características culturais tais como sociedades coletivistas e sociedades individualistas (GREIF, 1994). Estas macro características são detalhadas pela análise da estrutura social, do *enforcement* contratual e das relações entre membros de diferentes grupos (GREIF, 1994). O autor ainda propõe que as sociedades coletivistas usam a estrutura social mais segregada como fonte de *enforcement* coletivo, e há incentivos para a manutenção de relações econômicas horizontais e em um padrão de distribuição de riqueza estável. Tal ambiente induz a eficiência na transação dentro dos grupos e requer instituições formais menos custosas, porém restringe a eficiência das transações entre os grupos (GREIF, 1994).

Por outro lado, as sociedades individualistas são caracterizadas por maior integração econômica e social, com menores pressões para a conformidade com normas sociais. O *enforcement* contratual mais garantido pela intervenção de uma terceira parte, notadamente uma corte, incentiva a divisão do trabalho e especialização, pois as instituições dão suporte às transações impessoais (GREIF, 1994). Fica clara a conexão entre as proposições de Greif (1994) a proposição de North (1990) de que as instituições definem uma estrutura de incentivos que direciona a aquisição de habilidades e conhecimentos pelos indivíduos (NORTH, 2005).

Sobre a questão do *enforcement* e o comportamento dos indivíduos responsáveis por este, Greif (2005) propõe a existência das chamadas instituições de *enforcement*, que se dedicam a restringir o comportamento, e das instituições de controle da coerção. Estas últimas se dedicam a distribuir o poder de coerção



presente em uma sociedade, com o objetivo de aumentar a probabilidade de que o *enforcement* seja cumprido. Por exemplo, as restrições dadas pela regulamentação passam a ser consideradas quando existe significativa expectativa de que as penas pelo desvio de comportamento serão levadas a cabo. As instituições de controle da coerção cumprem a função de garantir efetividade nos direitos de propriedade (GREIF, 2005). Fazem isso desencorajando aqueles que podem vir a abusar dos direitos alheios por poder coercivo adquirido, e ainda motivando os que têm tal poder, como juízes, elite e outros, a proteger tais direitos estabelecidos.

Para Greif (2005) as instituições emergem como resposta às necessidades de um grupo ou da sociedade, de forma espontânea ou intencional. A forma espontânea ocorre pela interação de indivíduos (*organic private-order*), e a forma intencional decorre da ação organizada de legisladores (*public-order*) ou agentes privados (*designed private-order*). As convenções, ou *organic private-order*, na terminologia de Greif (2005) surgem por meio de interações repetidas, e permitem a redução da incerteza para os agentes individuais, uma vez que o comportamento de outros é coordenado pelas crenças comuns.

Por sua vez, a mudança institucional privada deliberada (*designed private-order*) surge como resultado da demanda de empreendedores no contexto dos custos percebidos de alterar a estrutura institucional (GREIF, 2005). No longo prazo, as regras do jogo podem ser alteradas endogenamente à medida que os agentes procuram melhorar suas condições por meio das organizações estabelecidas, as quais podem introduzir um novo agente, mudar a informação disponível aos agentes ou alterar os *payoffs* associados a uma atividade e certas ações (GREIF, 1994).

Aoki (2001), continuando a linha de North (1990) elabora de maneira mais detalhada as interações entre os indivíduos e o ambiente institucional e os aspectos da persistência das instituições. O autor ressalta que a distribuição de poder político entre os grupos é normalmente favorável à manutenção do *status quo* (AOKI, 2001). O mecanismo da mudança institucional é proposto em três etapas, com cinco sub-etapas (AOKI, 2001). Uma instituição sustentada em um dado contexto ambiental e histórico (1) deixa de proporcionar um conjunto de regras e *enforcement* que os indivíduos percebem como consistente em relação aos resultados de suas ações. Um estado geral de desequilíbrio cognitivo é atingido (2), em que a percepção da inadequação do repertório atual de heurísticas (2a) é seguida pela experimentação, pelo investimento em novos conhecimentos e pela tentativa de adaptar outros modelos mentais identificados (2b). Uma nova instituição e seus respectivos modelos subjetivos a respeito do jogo são formados (3), em uma dinâmica que envolve o refinamento dos modelos de tomada de decisão propostos (3a) e o estabelecimento destes modelos como regras sustentadas pelas ações individuais (3b).

Há que se destacar as dificuldades em determinar as fronteiras entre as etapas e a duração de cada uma. A definição de cada etapa segue uma seqüência lógica que não corresponde necessariamente à seqüência dos eventos históricos (AOKI, 2001). O autor sugere que a etapa de crise institucional deve ser mais curta e distinta que as demais. Por outro lado, se o foco recair sobre a transição entre as etapas 2b a 3, a mudança institucional deve parecer mais gradual (AOKI, 2001).

### **3 ABORDAGEM METODOLÓGICA**

A abordagem metodológica escolhida para a condução da pesquisa foi o estudo de caso numa perspectiva histórica. Procurou-se adotar os procedimentos sugeridos por Bogdan e Biklen (1994) para a realização de estudos de caso de

organizações ao longo de um período determinado de tempo, com o objetivo de relatar seu desenvolvimento. As técnicas de coleta de dados envolveram a observação participante, a condução de entrevistas e a análise documental. Os documentos consultados envolveram fontes primárias e secundárias.

### 3.1 – Primeira fase da pesquisa de campo

A primeira fase do trabalho de campo, de caráter exploratório, foi realizada durante o período de abril de 2005 a agosto de 2005. A base inicial de investigação foi a Associação do Agroturismo de Venda Nova do Imigrante (AGROTUR). No levantamento junto à AGROTUR foram identificadas as organizações que participam diretamente da atividade econômica do agroturismo. O Quadro 1 a seguir apresenta um resumo das organizações identificadas junto à AGROTUR, e algumas características dos produtos, dos serviços ou das atividades que exercem.

**Quadro 1: Atividades exercidas pelos associados da AGROTUR**

Número de Organizações	Atividades exercidas	Recebe o turista na propriedade?
05	ONGs (Associação Festa da Polenta – AFEPOL; Associação de Mães Voluntárias da APAE, Associação Voluntárias do Bazar do Hospital Padre Máximo, e outras).	Não se aplica
09	Trabalhos manuais e artesanato, a maioria na área urbana ( <i>biscuit</i> , madeira, camisas, chaveiros, bombons, etc.)	Não
15	Produtos artesanais, a maioria na área urbana (geléias, biscoitos, licores, vinhos, tomate seco, goiabada, bordados)	Não
13	01 Propriedade rural trabalhando com biscoitos e massas.	Sim
	01 Propriedade rural trabalhando com (artesanato de galhos de café, biscoitos, trabalhos manuais).	
	08 Propriedades rurais trabalhando com (café, leite, cachaça, fubá, milho, <i>soco</i> , etc.).	
	03 Propriedades rurais com pousada, área de lazer (pesque-pague), restaurante.	

Após o levantamento junto à AGROTUR foram realizadas visitas a treze propriedades, visando a apresentar a proposta de pesquisa. Das treze propriedades rurais identificadas, nove foram selecionadas para a continuidade do estudo, por enquadrarem-se no perfil de prestadoras de serviço turístico, em que recebem o turista sem abandonar a agricultura como atividade primária.

Após a primeira rodada de visitas e entrevistas, um conjunto de pessoas e organizações foi identificado como tendo participado diretamente de eventos relacionados ao agroturismo ao longo de todo o período estudado. Entre as organizações, destacam-se o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper; SEBRAE-ES; Secretaria Municipal de Turismo de Venda Nova do Imigrante; TV Gazeta – Produção do Jornal do Campo; Alpes Hotel; Banco do Brasil e Sistemas de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), além de ex-moradores e produtores já falecidos. As organizações citadas foram então contatadas, o estudo foi apresentado e foi solicitada a participação na pesquisa.

### 3.2 – Segunda fase da pesquisa de campo

A seguir são detalhados os procedimentos de coleta dos dados.

### **3.2.1 – Entrevistas**

A seleção dos participantes das entrevistas foi definida da seguinte forma: nas treze propriedades citadas buscou-se realizar entrevistas com todos os membros adultos das famílias que estiveram diretamente envolvidos com as atividades do agroturismo. Nas organizações que deram suporte ao agroturismo foram realizadas entrevistas com todas as pessoas que puderam ser identificadas como tendo envolvimento direto com as atividades de incentivo ao agroturismo.

Foi adotado o procedimento de entrevistas focadas (YIN, 2005), no qual os participantes foram entrevistados em sessões de no máximo uma hora e meia de duração. Tal procedimento é indicado nos casos em que se deseja obter informações sobre situações, eventos ou processos ocorridos, “[...] e respondentes bem-informados podem dar interpretações importantes para uma determinada situação” (YIN, 2005 p.118). As entrevistas focadas também podem permitir aproximar a história anterior à situação em questão, além de ajudar a identificar outras fontes de informação (YIN, 2005).

Procurou-se conduzir as entrevistas de modo espontâneo, porém foi utilizado um conjunto de perguntas previamente estabelecidas para orientar o diálogo com os participantes (YIN, 2005). As perguntas foram elaboradas tendo em vista os objetivos do estudo e o referencial teórico adotado. Eventualmente foram realizadas mais de uma sessão com alguns participantes, para não extrapolar este intervalo de tempo.

### **3.2.2 – Observação sistemática**

Os procedimentos de observação empregados correspondem à definição de observação sistemática oferecida por Gil (2006 p. 114), em que esta “[...] é freqüentemente utilizada em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos [...]”.

Desde os primeiros contatos nas propriedades, na primeira etapa da pesquisa de campo, foram sendo realizadas observações quanto à estrutura das mesmas, processos de produção empregados, o estilo de vida nas propriedades, aspectos do ambiente, e adaptações realizadas e em realização.

Posteriormente, com a abordagem teórica definida, foram elaborados roteiros de observação e de registros dos dados, conforme indicado por Gil (2006). Foram realizadas no mínimo três e no máximo quatro visitas de observação em cada propriedade, com duração variável entre uma e duas horas.

### **3.2.3 – Análise histórica**

A análise histórica se baseou em fontes primárias coletadas junto às organizações chave para o estudo, e fontes secundárias para obter elementos sobre o contexto histórico da região de Venda Nova do Imigrante. Os documentos foram obtidos junto às propriedades e às organizações visitadas, e compreenderam o acervo de pequenos museus, fotografias e documentos internos.

As fontes secundárias compreenderam livros sobre a história da região de Venda Nova do Imigrante e do Estado do Espírito Santo, reportagens em revistas, reportagens em vídeo e documentários. A análise das fontes secundárias foi centrada na compreensão dos aspectos institucionais presentes na região, tais como as influências do processo de colonização realizado, o papel dos imigrantes na formação da comunidade e seus hábitos e costumes religiosos, entre outros.

A busca pelo entendimento da formação histórica da região de Venda Nova do Imigrante teve como objetivo obter elementos para esclarecer os aspectos de

*path dependence* presentes na atividade do agroturismo na região. A compreensão do processo de construção, transformação e incorporação dos valores e das ações do homem ao longo do tempo teve como objetivo resgatar as trajetórias de indivíduos, organizações e movimentos. Assim, pode-se reduzir a distância entre o discurso e a prática, com o objetivo de não se limitar à narrativa de acontecimentos, mas também de se aprofundar na sua análise e interpretação (GOODMAN e KRUGER, 1988).

### **3.3 – Tratamento e Análise dos dados**

Na condução do estudo, procurou-se analisar os dados de modo a identificar os temas que emergiam, já com a perspectiva teórica da Nova Economia Institucional tendo sido selecionada. Os dados foram analisados a partir de um protocolo que incluiu o conjunto de conceitos estruturantes definidos apresentados no referencial teórico.

Foi realizada a análise do conteúdo das entrevistas, dos documentos obtidos e das notas de campo. As etapas da análise das entrevistas e dos documentos foram estruturadas de acordo com as proposições de Bardin (1994) em pré-análise, exploração e análise do material e interpretação. A análise temática foi realizada na etapa de exploração e análise do material. Buscou-se avaliar a adequação do uso de códigos de processo, códigos de estratégia e códigos de relação e estrutura social (BOGDAN e BIKLEN, 1994), de modo a orientar a análise da dinâmica institucional no contexto do agroturismo em Venda Nova.

Para a interpretação dos dados, foram elaborados mapas e árvores de associação de idéias para encadear as informações. Os mapas foram inspirados em Spínk (2004) e visaram à organização de fatos, atos, eventos e posicionamentos de modo a construir uma linha de narrativa. Também foram usadas adaptações de mapas cognitivos com o objetivo de identificar os vários tipos de relacionamentos entre os conceitos (VERGARA, 2005). No encadeamento de fatos, idéias e percepções, a estrutura e as dimensões de análise foram concebidas com o objetivo de descrever o desenvolvimento da atividade econômica do Agroturismo no território estudado, situando o ambiente histórico-cultural e institucional nas dimensões sincrônica e diacrônica, destacando e analisando as suas mudanças.

Foi realizada a triangulação das evidências obtidas por meio das entrevistas, observação e análise documental. Pelo caráter histórico do estudo, as informações obtidas por meio das fontes secundárias não puderam ser confrontadas com informações obtidas por outros meios.

## **4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A seguir são apresentados o contexto histórico e institucional em que se desenvolveu a atividade do agroturismo em Venda Nova e os resultados da análise da dinâmica institucional em que se insere o agroturismo

### **4.1 - Aspectos históricos de Venda Nova do Imigrante**

Com a implementação de políticas de imigração, pelo governo Imperial brasileiro, na segunda metade do século XIX, a então Província do Espírito Santo recebeu algumas levas de imigrantes estrangeiros, em especial, de alemães, italianos e pomeranos e, numa fase inicial, também uma pequena leva de chineses (COSTA, 1981). Nesse período foram criadas três colônias de imigrantes: a de Santa Isabel, a de Santa Leopoldina e a de Rio Novo. Nesta última era o local para

onde se dirigiam grande parte dos imigrantes italianos que colonizaram, posteriormente, a região de Venda Nova do Imigrante.

A Colônia Rio Novo fora um empreendimento fracassado, e que isso se deveu às péssimas condições das terras e ao alto preço que os colonos deveriam pagar, a título de foro, ao dono da empresa privada de imigração (COSTA, 1981). Por muito tempo a colônia Rio Novo foi composta por colonos de etnias variadas, gerando por isso pouca convivência entre eles. Como consequência, a colônia permaneceu sem escolas, e falta do aprendizado da língua portuguesa distanciou ainda mais os colonos, que se posicionavam em verdadeiros guetos étnicos.

Em 06 de março de 1880, através do Decreto 7.683 ocorreu a emancipação da colônia Rio Novo, sendo criada, a partir desta, o chamado VI território da colônia Rio Novo ou núcleo Castello. O núcleo Castello fora criado pelo governo Imperial para receber principalmente imigrantes provenientes da Itália (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992). Os primeiros colonos chegaram em 1880. Em 1881 já havia 1079 habitantes, sendo 976 provenientes da Itália (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992). Situado às margens do rio Benevente, que liga a região ao litoral do Espírito Santo, o Núcleo Castello teve vida curta. Já em 1881, através do Decreto nº 8122, de 28 de maio, este núcleo foi emancipado e, em 1921, surgiu em seu lugar a vila de Alfredo Chaves, sede atual do município de Alfredo Chaves (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992).

Na primeira metade da década de 1890, a insatisfação dos colonos imigrantes com a qualidade da terra, com a localização dos lotes e com o relevo muito acidentado levou algumas famílias a se mudar para a região que iria se constituir em Venda Nova do Imigrante (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992). A falta de estradas era uma barreira ao desenvolvimento da região, principalmente durante as cheias, que deixavam a comunidade isolada durante dois a três meses por ano (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992).

Os imigrantes italianos trouxeram costumes e o mesmo sistema patriarcal de além-mar, sem separação entre membros de uma família (ZANDONADI, 1980). Reuniam-se, sobre o mesmo teto, diversos casais com seus filhos e com o chefe no comando. O *nono* era o chefe do clã e o primogênito ocupava uma posição ascendente sobre os outros irmãos. Na falta do *nono* o comando passava para o filho mais velho. Os vinte anos de permanência em Alfredo Chaves foram marcados por esse sistema (ZANDONADI, 1980). Era comum habitarem sob o mesmo teto entre trinta a quarenta membros de uma família.

Pelo fato da colonização ter sido um empreendimento familiar em Venda Nova, marcada pela relação patriarcal importada, os grupos de parentesco sustentavam a organização comunal e definiam as estratégias de sobrevivência (COLBARI, 1997). O cotidiano dos imigrantes era estruturado a partir da vida familiar, núcleo desencadeador das motivações necessárias ao enfrentamento das adversidades das condições físicas da região, como clima, relevo e solo, e para a manutenção da coesão dos grupos numa vivência comunitária (COLBARI, 1997).

Colbari (1997) afirma que havia uma ligação direta entre trabalho, vida social e religião, fundamentada numa moralidade pautada por valores comunitários que se sobrepunham às pretensões individualistas. A vida comunitária se estruturou principalmente em torno da religiosidade e de uma estratégia racional, que prescrevia a coesão e o investimento em melhorias da vida coletiva (COLBARI, 1997). O isolamento, outro fator condicionante, contribuiu duplamente para o fortalecimento do espírito comunitário: forçava a coesão, a solidariedade e a ajuda mútua no interior do grupo e minimizava a interferência de forças desagregadoras.

Colbari (1997) defende que a missa aos domingos e a reza da ladainha ou do terço, realizadas de forma coletiva, não devem ser vistas apenas como expressões da religiosidade. Eram práticas que estimulavam também a convivência, reforçando a coesão social em um universo desconhecido e hostil (COLBARI, 1997). A autora entende que as práticas de ajuda mútua constituíam comportamentos movidos por objetivos materiais comuns, mas também com o objetivo de beneficiar a coletividade. Definia-se assim um conjunto de valores diferente daquele fundamentado no sistema cultural estabelecido pelos colonizadores portugueses (COLBARI, 1997).

Nilo Brigatto, à época Bispo de Venda Nova, afirma em depoimento a Lazzaro, Coutinho e Franceschetto (1992), lembrar-se que em sua infância, quando uma família precisava de alguma coisa as outras emprestavam, mesmo que fosse dinheiro, sem cobrar juros. Nilo Brigatto afirma que quando alguém adoecia, as pessoas se reuniam ofereciam ajuda à família que estava temporariamente sem uma pessoa trabalhando. Ele ainda coloca que o mutirão surgiu no tempo dos imigrantes. Nilo Brigatto ainda relata o costume, nas datas das festas principais, de fazer orações um nas casas dos outros (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCETTO, 1992).

Estavam sedimentadas as bases da sociedade coletivista que iria se refletir na estruturação das atividades do agroturismo em meados de 1990. Observam-se os elementos descritos por North (1990) e Greif (1994) para o contexto institucional que caracteriza as transações personalizadas: (a) a estrutura social segregada, fortemente influenciada pela barreira do idioma; (b) a predominância de relações horizontais; (c) a homogeneidade cultural; (d) as transações repetidas; e (e) a ausência de *enforcement* pela terceira parte, pois o *enforcement* é garantido pelos elevados custos de saída decorrentes do isolamento.

A produtividade das propriedades rurais no Espírito Santo era significativamente defasada em relação ao restante da região sudeste do país. Na estrutura econômica do estado, dominada pelas atividades agrícolas, predominavam métodos e técnicas empíricas de exploração e preservação da terra agricultável (BITTENCOURT, 2006). Como evidência, destaca-se o fato de existirem, em 1950, apenas 58 tratores, 1.665 arados e onze ceifadeiras em um universo de 44.170 propriedades rurais, com uma população de aproximadamente 300.000 pessoas trabalhando em tais propriedades (BITTENCOURT, 2006). A situação descrita por Bittencourt (2006) remete à afirmação de North (1990) de que no contexto institucional em que predominam as transações personalizadas os custos de transação são baixos, mas os custos de produção são elevados, devido ao caráter rudimentar divisão do trabalho e da especialização.

Em 1947, um grupo de agricultores da cidade se reuniu e fundou a Cooperativa Agrária de Lavrinhas (CAL). A cooperativa foi idealizada para reduzir parte dos problemas com impostos e com as dificuldades enfrentadas pelos agricultores na aquisição de seus insumos, como tecido para sacaria para café (ZANDONADI, 1980). Os materiais recebidos na primeira compra, um mês após a fundação da cooperativa, foram expostos publicamente, como se cooperativistas quisessem mostrar a força de sua união (ZANDONADI, 1980). A organização na forma de cooperativa permitiu que os membros desta se beneficiassem de níveis significativamente menores de custos de transação.

A fundação da cooperativa exemplifica não apenas a tentativa de aumentar o poder de barganha do grupo de agricultores, mas foi também uma iniciativa voltada para a redução dos custos de transação na compra de insumos. Neste ponto, a

interpretação para o surgimento da cooperativa indica duas possibilidades: (a) uma situação anômala se apresenta, pois se observa um ambiente institucional caracterizado por trocas personalizadas e elevados custos de transação, diferentemente do que propõe North (1990); ou (b) a fundação da cooperativa seria um indício de um período de crise institucional em andamento no contexto de Venda Nova do Imigrante.

A primeira hipótese apresentada parece ser mais plausível em função das características definidas por North (1990) para o processo evolutivo de um ambiente de transações personalizadas para transações impessoais. North (1990) afirma que o padrão de trocas impessoais emerge quanto o número de indivíduos ou organizações cresce a tal ponto que torna muito complexos os acordos que devem ser feitos para realizar as transações. Assim, desenvolve-se um novo sistema de *enforcement* baseado em relações de proximidade e códigos de conduta. Esta situação parece improvável no contexto histórico em que se situava Venda Nova do Imigrante em meados de 1950. O número de indivíduos ou organizações realizando transações na região ainda era limitado pelas dificuldades de acesso. O isolamento da cidade só seria definitivamente eliminado com a construção da Rodovia BR 262, que foi iniciada em meados de 1950 e demorou quase duas décadas para ser finalizada.

Com a construção da Rodovia BR 262, terminada no final da década de 1960, o fluxo de pessoas na cidade aumenta significativamente, e há indícios de que a definição dos acordos começa a ficar mais difícil, de modo semelhante ao indicado por North (1990). O depoimento do Bispo de Venda Nova de que com o passar do tempo essa união foi sumindo e começava a crescer a percepção de que algumas pessoas tentavam explorar as outras (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992), reforça essa proposição.

A chegada de novos moradores, facilitada e atraída pela construção da rodovia, parece ter sido o início da introdução de heterogeneidades na base étnica, cultural e religiosa da comunidade de Venda Nova. Na década de 1970, quando a rodovia estava totalmente operacional já há alguns anos, Banck (1978) identifica focos de tensão na comunidade de Venda Nova. O autor defende que a diversidade de interesses entre plantadores de café e avicultores resultou no esmorecimento do espírito comunitário e dos ideais de solidariedade da comunidade. A cooperativa de café, por sua vez, não detinha o controle sobre toda a comercialização do produto. Apesar da cooperativa ter sido a responsável pelo primeiro financiamento bancário obtido em Venda Nova (ZANDONADI, 1980), ela parece ter perdido poder frente aos intermediários dos grandes comerciantes, que estavam conseguindo mais acesso aos recursos para financiamento da produção (BANCK, 1978). Na cooperativa, com cerca de 400 sócios em 1970, observava-se um aumento nas divergências sobre como lidar com a situação (BANCK, 1978).

Lazzaro, Coutinho e Franceschetto identificaram duas dinâmicas opostas durante a realização do seu estudo, no final da década de 1980. Os autores afirmam que, durante a realização das pesquisas, perceberam acirrada disputa pela hegemonia social, política e econômica entre muitas das famílias que haviam alcançado um maior *status* local. Por outro lado, durante o levantamento dos dados, os autores tiveram a oportunidade de conviver com famílias das comunidades rurais interiores, e observaram o seu *modus vivendi* ainda profundamente ligado com a origem rural de seus antepassados.

É plausível então assumir que existiam, por volta da década 1980, duas tendências contrastantes em relação aos padrões de comportamento social, político

e econômico em Venda Nova. Entre os proprietários mais bem sucedidos, havia uma disputa por hegemonia que ilustrava um padrão similar ao comportamento de indivíduos em sociedades nas quais os aspectos de motivação econômica ganham força sobre os aspectos políticos e outros fatores sociais. Já entre os pequenos proprietários, habitantes do interior de Venda Nova, ainda era predominante a influência dos traços culturais, étnicos e religiosos dos antepassados italianos. O interior do município parecia ser o núcleo de persistência das normas culturais informais. Por sua vez, o motor para as mudanças nos modos de produção parecia estar localizado na cidade, onde moravam os grandes proprietários.

É neste contexto que se inicia a coordenação da atividade econômica do agroturismo no município de Venda Nova do Imigrante. Analogamente às proposições de North (1990) e de Aoki (2001), o presente estudo sugere que o agroturismo tem início em um período de transição institucional, caracterizado pela busca de novas formas de coordenação das atividades econômicas realizadas na cidade, envolvendo principalmente os proprietários mais bem sucedidos. Complementarmente, havia elementos associados à persistência dos elementos étnicos, culturais e religiosos da comunidade de Venda Nova.

## **4.2 - Fases da atividade econômica do agroturismo em Venda Nova do Imigrante**

Sugere-se no presente estudo que a atividade do agroturismo na região divide-se em três fases: a primeira, na qual não existe uma ação organizada; uma segunda, na qual os indivíduos e organizações se mobilizam e coordenam a estruturação da atividade na cidade; e por fim, numa terceira fase, indivíduos e organizações passam a dividir a coordenação com agentes públicos.

### **4.2.1 - Primeira fase: raízes do agroturismo em Venda Nova do Imigrante**

Em Venda Nova, as raízes do agroturismo parecem se encontrar nas características peculiares do município. O isolamento das cidades próximas pelas péssimas condições de acesso dificultava até mesmo a compra de produtos básicos. A predominância do café nesta época, como a da cana de açúcar em outros tempos, não impedia que as propriedades, mesmo pequenas, fossem auto-suficientes na obtenção dos produtos de subsistência (ZANDONADI, 1980). Terminada a colheita do café e preparada a terra para o plantio de cereais, uma atividade comum a todo sítio do lugar era a fabricação do açúcar. Cada propriedade possuía um pequeno engenho de madeira, movimentado por junta de bois. As últimas tachadas do açúcar eram reservadas para a retirada do melado, servido como sobremesa nas refeições diárias, além de outros doces (ZANDONADI, 1980).

### **4.2.2 - Segunda fase: Fundação do Hotel Alpes em Venda Nova**

Em 1992, com a fundação do Alpes Hotel, incentivos suficientes se reúnem para mobilizar alguns dos proprietários rurais em Venda Nova. Uma série de condições parece ter direcionado a cidade para a atividade do agroturismo. O aumento no número de turistas, a fixação das famílias de Venda Nova no campo, a tradição de produzir subprodutos na agricultura de subsistência, a tradição da cooperação, e o declínio do café estão entre os eventos identificados. A combinação destes eventos serviu de catalisador para a interação de diversos aspectos relacionados às tradições e costumes, contribuindo assim para a criação de uma identidade particular ao agroturismo, com o fortalecimento da cooperação e do trabalho associativo. Esta descrição remete à proposição de North (2005) de que o



patrimônio cultural é a base determinante da estrutura institucional. A análise das fontes históricas, os depoimentos dos entrevistados e a observação das atividades desenvolvidas no agroturismo levam ao entendimento de que estes aspectos formaram as bases para o surgimento de processos mais detalhados de organização, como associações e grupos na comunidade.

Um conjunto de organizações, em diferentes níveis, teve participação direta na mobilização, organização e coordenação das atividades em torno do agroturismo. São exemplos as associações de produtores de café, de hortaliças, dos pecuaristas, do meio ambiente, de produtores e famílias e da Festa da Polenta (AFEPOL) além de conselhos comunitários e grupos voluntários. As relações sociais estabelecidas por meio da participação efetiva e constante nessas organizações contribuíram para o conhecimento mútuo dos membros. A proposição de North (1994) de que os indivíduos cooperarão com os outros quando existir um pequeno número de participantes em um jogo repetido, parece ser observada em Venda Nova por meio da tradição coletivista. O agroturismo parece ter se estabelecido em um ambiente institucional típico do padrão que segue o caminho evolucionário das trocas personalizadas, para as trocas impessoais sujeitas ao *enforcement* das ligações de proximidade e códigos de conduta (NORTH, 1990). Complementarmente, observa-se o uso da estrutura social mais segregada como fonte de *enforcement* coletivo, característica típica das sociedades coletivistas (GREIF, 1994).

Nas entrevistas, o nome do fundador do Alpes Hotel, o Sr. Luiz Perim, foi consistentemente mencionado como um dos principais responsáveis pela formulação do modelo de negócios do agroturismo. Ele conhecia o modelo de agroturismo da Itália e as propriedades de Venda Nova, pela sua própria experiência de consumo. Em 1992, reuniu um pequeno grupo de produtores e propôs a uma parceria entre eles, na qual o hotel indicava os hóspedes para as propriedades, ao passo que estas ofertavam os produtos e a possibilidade de conhecer o processo de produção. O pequeno número inicial de participantes parece ter sido fundamental no estabelecimento do novo modelo de coordenação das atividades. Um dos entrevistados afirmou que *“começar com pouco é que é bom. O resto se quiser vem atrás”*. Percebe-se a ênfase na necessidade de conhecer os parceiros de negócios, para que a confiança seja compartilhada.

Em seguida a equipe do canal de TV local elaborou uma reportagem sobre o agroturismo na região, que desencadeou outras reportagens e publicações em veículos de comunicação estaduais e nacionais. Com isso, segundo os entrevistados, começou a aumentar o fluxo de turistas. Este fato foi confirmado com a análise dos livros de assinaturas nas propriedades, que trazem registros de comentários, dicas e sugestões dos turistas, em relação ao período indicado pelos entrevistados e à ocorrência de reportagens nos meios de comunicação local.

Com o agroturismo em evidência, os produtores e outros empresários locais que aderiram ao grupo inicial temeram pela saturação da atividade e perceberam a necessidade de diversificação dos serviços e produtos relacionados ao agroturismo. Foi idealizado então, em parceria, um circuito turístico, no qual as ofertas de serviços das diferentes propriedades e estabelecimentos se complementavam. Cada produtor indicava turistas a outras propriedades e vendia produtos de outros parceiros, mesmo de propriedades que não recebiam o turista.

Os produtores tinham interesse nessa relação horizontal, pois o agroturismo é motivado não somente por aquilo que uma propriedade oferece isoladamente, mas pela soma das alternativas que todas elas ofertam. Os entrevistados trouxeram em suas falas que *“(...) a comunidade tem associativismo muito forte. Sempre que é*

*para segurar o nome de Venda Nova do Imigrante todo mundo se une, mesmo com as divergências pessoais (...) um remete o turista para o outro (...). Cada um toma um rumo, mas estão apostando no crescimento do outro para o negócio deles crescer também”.*

O crescimento e a mudança nas atividades demandaram a reestruturação de alguns aspectos das propriedades, principalmente na estrutura a serviço do agricultor. Este, por sua vez, foi levado a buscar preparação profissional. Os entrevistados também relataram ter buscado novas técnicas de produção e transformação, e de promoção da imagem. O aumento da complexidade dos negócios e o delineamento do modelo de negócios levaram os pequenos e médios proprietários a investir na aquisição de conhecimentos sobre os diversos aspectos do negócio do agroturismo. Os depoimentos parecem corroborar a proposição de que instituições definem uma estrutura de incentivos que direciona a aquisição de habilidades e conhecimentos pelos indivíduos (NORTH, 2005).

Em março de 1993 foi criada a Associação do Agroturismo de Venda Nova (AGROTUR), com o objetivo de coordenar as atividades e promover do agroturismo regional. A AGROTUR centralizou a realização de atividades de promoção, capacitação e consultoria para os associados. Ainda em 1993 foram formadas parcerias com o SEBRAE-ES, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), e com a Prefeitura Municipal. Foi inaugurado o primeiro ponto de informação, venda e difusão do agroturismo, administrado e mantido pelos produtores. Com o slogan *“Venda Nova do Imigrante, agroturismo o ano inteiro”*, foi elaborado o primeiro mapa com o roteiro do agroturismo. Observa-se o surgimento de uma instituição privada com o objetivo aumentar o poder de barganha de um determinado grupo de produtores e empresários junto ao poder público. A criação da AGROTUR é trazida como evidência da proposição de Aoki (2001) de que a transição de um contexto institucional para outro envolve a revisão dos modelos mentais dos indivíduos e organizações a respeito do jogo.

Também em 1993 foi instalada a agência do SEBRAE-ES em Venda Nova, o que viabilizou o oferecimento de cursos e treinamentos de capacitação técnica específicos para as necessidades da região. Passaram a ser oferecidos cursos de organização das propriedades e de gestão do serviço turístico. As ações da AGROTUR estão relacionadas à criação da Secretaria Municipal de Turismo de Venda Nova do Imigrante, que culminou com a divulgação e a elaboração o 2º mapa com roteiro do agroturismo.

O agroturismo permitiu que os produtores rurais saíssem da improvisação de suas propriedades para a organização. Foi criada e fortalecida a imagem da empresa de agroturismo e a imagem da associação (AGROTUR). Ao mesmo tempo, observa-se a padronização da linguagem, dos termos e dos símbolos relacionados ao agroturismo. Nascia uma nova tipologia, o empresário de agroturismo, que buscava a padronização e a garantia de qualidade, o aumento da capacidade de coordenação, previsão e atendimento da demanda, ou seja, a redução da incerteza.

#### **4.2.3 - Terceira fase: dispersão da base cultural e aumento da heterogeneidade dos indivíduos e organizações do agroturismo**

Com o agroturismo ganhando evidência, houve intervenção da fiscalização sanitária, com a proibição da comercialização dos produtos, pois estes não atendiam às exigências da vigilância sanitária. Os produtores rurais, para dar continuidade às atividades turísticas, teriam que atender à legislação vigente, feita para grandes estruturas, o que inviabilizaria a atividade. Tais fatos parecem característicos do

aspecto estático das instituições públicas, de que elas não são negociáveis, mas limites impostos e dentro dos quais os tomadores de decisão têm que buscar estratégias de interação (NORTH, 1990).

Por meio da AGROTUR, os produtores articularam a municipalização da atuação da secretaria de vigilância sanitária, possibilitando ao pequeno produtor sair da clandestinidade. Os empresários do agroturismo conseguiram, junto à Câmara Municipal de Vereadores e à Prefeitura Municipal, a criação, em 1994, da Lei de Vigilância Sanitária, e da instituição do SIM - Selo de Inspeção Municipal, adequando as normas de vigilância sanitária ao contexto local. Este acontecimento garantiu autenticidade ao agroturismo e legitimou a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal. Nesta seqüência de eventos, percebe-se o papel das instituições enquanto provedoras de limites para as escolhas dos indivíduos. Estes, apesar de agirem de acordo com seus interesses, têm suas ações em interdependência com as de outros indivíduos. A satisfação do interesse comum requer que os indivíduos se organizem estrategicamente e, em alguns casos, modifiquem as regras formais do jogo, propiciando mudança no ambiente institucional (NORTH, 1990; AOKI, 2001).

Observa-se o papel da instituição privada AGROTUR como mediadora dos interesses do agroturismo, possibilitando atenuar uma imposição da instituição pública de modo a manter viável a atividade econômica. Com a adequação das normas de vigilância sanitária à realidade local, as propriedades foram se adaptando. Foram construídas áreas para manipulação de alimentos, realizados investimentos em tecnologia e melhorias de processos de produção. Com o uso de recursos do PRONAF, investiram também na adequação das agroindústrias. No entanto, o direcionamento da produção não foi aleatório. Há um evidente efeito de *path dependence*, pois os produtos comercializados eram aqueles cultivados para a subsistência da propriedade, como arroz, milho, fubá, feijão, doces caseiros, entre outros. Verifica-se nesse processo também o papel do INCAPER, que com seus profissionais deu sustentação técnica e especializada à AGROTUR e aos produtores. Além disso, valendo-se de sua reputação, os técnicos do INCAPER exerceram a intermediação entre os agentes do agroturismo e os agentes do sistema de crédito financeiro.

Em parceria com a Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante foi viabilizada, em 2005, a construção do posto de informações turísticas e sede própria da AGROTUR. Também foram realizadas duas feiras estaduais do agroturismo e foi viabilizada a participação na 1ª feira do agroturismo em Brasília. Atualmente o programa *Café de Qualidade*, iniciado em 2004, representa uma iniciativa de agregar valor e divulgar o agroturismo, acrescentando novas possibilidades à atividade. Pode-se associar ao processo de fortalecimento do programa *Café de Qualidade* o componente de *path dependence* descrito por North (1990, 2005).

#### **4.3 – A AGROTUR e o processo de mudança no ambiente institucional**

Encontrou-se no território estudado evidências históricas do ganho em eficiência adquirido no processo de estruturação do agroturismo. Contraditoriamente, atualmente observam-se divergências de interesses entre os agentes que podem, no médio prazo, conduzir à ineficiência da coordenação. Este resultado é consistente com a proposição de Prasad (2003) sobre o desenvolvimento institucional local, na qual várias estruturas de incentivo são superpostas pelas diferentes instituições e conseqüentemente o resultado da atividade econômica pode ter sua eficiência reduzida.

Para entender o papel da AGROTUR na dinâmica institucional em Venda Nova, é necessário discutir o processo de adesão de propriedades e de formação de grupos na exploração do agroturismo. Na primeira fase situam-se quatro propriedades pioneiras, que já exploravam a atividade isoladamente e que apresentam dificuldade em estabelecer a data exata do início dessa atividade em suas propriedades. A família Zorzal Carnielli foi uma das pioneiras, no ano de 1986. As outras propriedades forneceram apenas uma data aproximada do início em que diversificam a produção. Em 1992, com a inauguração do Alpes Hotel, algumas dessas propriedades já exerciam a atividade do agroturismo.

Estabelecida a parceria, proprietários e empresários organizaram e criaram a AGROTUR, aderindo voluntariamente em busca de seus interesses. Neste grupo inicial foram identificados os cinco primeiros presidentes da AGROTUR (de 1993 a 2003) que detinham o poder de decisão sobre o agroturismo, delegado pelos outros membros, e o exerciam com o auxílio de um superintendente da AGROTUR. Nesta primeira fase, o agroturismo foi organizado em torno de um grupo de membros fundadores, que tinham uma relação mais intensa e mais próxima. Tais fatos suportam a proposição de North (1990) a respeito do padrão de transações impessoais com *enforcement* baseado em relações de proximidade e códigos de conduta.

Na segunda fase, outros produtores aderem ao agroturismo e tornam-se membros da AGROTUR, devido à necessidade de interagir com o grupo de cofundadores. Ao fazer isso, aceitam as regras que levam em consideração as preferências dos membros fundadores. A característica de clube também pode ser identificada entre esses produtores. Desse grupo surgiram os dois últimos presidentes da AGROTUR (de 2003 a 2007) e a figura do superintendente não mais existe. Para garantir participação direta no processo decisório da associação, o grupo que entrou depois na AGROTUR investiu na ampliação do número de associados. Vários novos proprietários foram incentivados a se associar e ter peso de voto, apesar das atividades exercidas por esses novos ingressantes não serem caracterizadas como agroturismo, pois envolvem atividades de trabalhos manuais e suas propriedades não são abertas aos turistas. Com isso formaram-se sub-grupos dentro da AGROTUR, informalmente denominados de “grupo dos pequenos” (2ª fase) e “grupo dos grandes” (membros fundadores), que acabaram colidindo por interesses conflitantes. O “grupo dos pequenos” está no segundo mandato na presidência da AGROTUR, enquanto o grupo dos membros fundadores permaneceu por cinco mandatos. Tais coalizões representam tentativas de aumentar o poder de barganha entre os grupos que formam a AGROTUR.

Infere-se o período de 2002/2003 como o ponto de inflexão na eficiência da AGROTUR como fomentadora da organização do agroturismo. A partir daí, os interesses conflitantes passam a impactar mais fortemente os comportamentos estratégicos dos agentes. Presume-se que os interesses divergentes dos agentes surgiram pela entrada de membros no clube que não compartilham características culturais e étnicas dos membros iniciais. As fontes de divergência citadas pelos participantes da AGROTUR envolvem: (a) à autonomia do agroturismo em relação ao poder público; (b) a ação da AGROTUR; (c) as diferentes concepções sobre o agroturismo.

Observou-se que os membros fundadores pensam em ampliar o negócio e buscar novos mercados ou parcerias, com a AGROTUR fomentando e dando suporte. Os membros que aderiram na segunda fase acham que deve haver crescimento conjunto. Outro ponto de divergência identificado diz respeito a uma

pequena loja mantida pela AGROTUR. O objetivo inicial acordado pelos membros fundadores era o de servir como ponto de divulgação, onde os turistas conheceriam o produto turístico e dali iriam para as propriedades conhecer o processo produtivo e realizar suas compras. Atualmente, a loja opera como um ponto de venda para os produtores que não recebem o turista na propriedade ou que estão localizados na cidade e realizam trabalhos manuais.

As divergências identificadas podem ser analisadas com o apoio das proposições North (1990), de que a mudança institucional se processa de modo incremental e dependente do caminho anterior. Observa-se que, após a intervenção da AGROTUR com o objetivo de mudar as regras formais de vigilância sanitária, e o conseqüente ganho de legitimidade do agroturismo, houve um crescimento do número de participantes da associação. Após um breve período, as divergências de interesses, além da perda de homogeneidade da base cultural se tornaram mais evidentes. Quanto mais heterogêneo o grupo e mais numerosas as transações relacionadas, menos a regra comum atende a todos os membros do grupo. Com interesses divergentes, o grupo experimenta dificuldades de encontrar acordos que se adaptariam a qualquer situação. Como conseqüências, foram observadas a diminuição na associação de novos proprietários ao grupo e a redução das ações conjuntas realizadas pelo AGROTUR.

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como um de seus objetivos compreender a dinâmica de desenvolvimento das atividades econômicas associadas ao agroturismo em Venda Nova do Imigrante – ES. Foram adotadas proposições teóricas da Nova Economia Institucional com o objetivo de mapear o contexto institucional em que as atividades do agroturismo se desenvolveram naquele local em uma perspectiva longitudinal.

A análise das fontes históricas, os depoimentos dos entrevistados e a observação das atividades desenvolvidas no agroturismo levam ao entendimento de que um conjunto de aspectos formou a base para o surgimento de processos mais detalhados de organização, como associações e grupos na comunidade. Tais aspectos são originários da própria história de Venda Nova, e incluem as características sócio-culturais, climáticas, e do relevo da região, além das dificuldades de acesso que fizeram com que Venda Nova ficasse relativamente isolada da capital do estado.

Foram destacadas na análise as barreiras de idioma decorrentes do processo de colonização, a religiosidade, o sistema patriarcal importado da Itália e o isolamento da região, que fizeram com que emergisse uma tradição de cooperação vinculada à imigração italiana. O contexto institucional resultava em um ambiente em que predominavam as transações personalizadas, com baixos custos de transação e pouca eficiência na produção de bens e serviços.

Rompido o isolamento, o ambiente institucional começa a se modificar para dar suporte às transações mais impessoais, ainda caracterizadas pela ausência de coerção pela terceira parte. É nesse contexto de transição que se iniciam mais acentuadamente as atividades do agroturismo. Observou-se que o desenvolvimento institucional, no contexto da atividade do agroturismo em Venda Nova do Imigrante, foi fortemente influenciado pela história local, pelo contexto cultural, pelas relações de proximidade e pela busca de resolução de assuntos de interesse municipal.

As evidências coletadas apontam para um processo de transição ainda não concluído. Algumas mudanças nas regras formais foram observadas, mas as

tradições culturais com raízes na colonização italiana ainda persistem, em que pese o aumento da heterogeneidade resultante do aumento do fluxo de pessoas na cidade.

Houve um ganho em eficiência na coordenação das atividades do agroturismo, fundamentado na organização dos diversos agentes locais, bem como nas parcerias formadas com SEBRAE, INCAPER, e outros, fomentaram capacitação e novos conhecimentos aos produtores rurais. Essas condições iniciais proporcionaram uma mudança no ambiente institucional local, constatada na estruturação e adequações realizadas nas unidades pesquisadas, com surgimento de novas instituições e da modificação das instituições previamente existentes.

Sugere-se que outros estudos complementem a análise apresentada aqui, por exemplo a partir uma análise histórica e institucional comparada em comunidades de heranças culturais diferentes, observando-se os possíveis impactos de tais diferenças nos custos de transação. No próprio estado do Espírito Santo podem ser observadas, nas proximidades de Venda Nova do Imigrante, comunidades com clima e relevo semelhantes, porém com forte presença de imigração alemã, pomerana e portuguesa. Outros estudos conduzidos nesses locais poderiam trazer maior compreensão do processo de mudança institucional.

## 6 - REFERÊNCIAS

- AOKI, M. **Toward a Comparative Institutional Analysis**. USA: The MIT Press, 2001.
- BANCK, G. A..Estratégias de sobrevivência em duas comunidades ítalo-capixabas. In **Estudos em Homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**. Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978.
- BARDIN, L **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BARZEL, Y. Measurement Cost and the Organization of Markets, **Journal of Law and Economics**, 25, (1), 27-48, 1982.
- BITTENCOURT, G. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994
- BUSBY, G.; RENDLE, S. The transition from tourism on farms to farms tourism. **Journal of Rural Studies**, v. 21, n. 4, p. 635-642, 1999.
- CAMPANHOLA, C. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL**, 1, 1999, Piracicaba. Anais... Piracicaba: FEALQ, p. 9-42, 1999.
- CARNIELLI, L. **Agroturismo: os primeiros passos de uma comunidade rural da montanha capixaba**. Venda Nova do Imigrante: [s.n.], [s.d.].
- COLBARI, A. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. Rev. bras. Hist. vol.17 n.34 São Paulo, 1997.
- COSTA, L. **A colônia do Rio Novo (1854/1880)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1981.
- DAVIDSON, R. **Tourism in Europe**. Paris: Technipus, 1992.
- FLETCHER, J.; COOPER, J. Tourism strategy planning. **Journal of Rural Studies**, v. 23, n. 1, p. 181-200, 1996.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GOODMAN, R. S.; KRUGER, E. J.. Data dredging or legitimate research method? Historiography and its potential for management research. **The Academy of Management Review**, v. 13, n. 2, p. 315-325, Apr. 1988.

- GREIF, A. **Cultural Beliefs and the Organization of Society: A Historical and Theoretical Reflection on Collectivist and Individualist Societies.** *Journal of Political Economy*, Vol. 102:5, pp. 912-950. Oct., 1994.
- GREIF, A. Microtheory and Recent Developments in the Study of Economic Institutions Through Economic History. In KREPS, D. M and WALLIS, K. F. (Eds), **Advances in economic theory**, Vol. 11. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 79-113.
- GREIF, A. Historical and Comparative Institutional Analysis. **The American Economic Review**, 88, 2, p. 80 – 84, 1998.
- GREIF, A. Commitment, Coercion, and Markets: The Nature and Dynamics of Institutions Supporting Exchange. In: MÉNARD, C. e SHIRLEY, M.M. (Eds) **Handbook of New Institutional Economics**. New York: Springer, 2005.
- LAZZARO, A.; COUTINHO, G. A.; FRANCESCHETTO, G. **Lembranças camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante.** Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.
- NILSSON, A. Staying on farms: an ideological background. **Journal of Rural Studies**, v. 29, n. 1, p. 7-24, 2002.
- NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, Winter, p. 97-112, 1991
- NORTH, D. C. Economic performance through time. **The American Economic Review**, 84, 3, p. 359-368, 1994.
- NORTH, D. C. Institutions and the process of economic change. **Management International**, 9, 3, p. 1-7, 2005.
- PIN, W.J.; CARNIELLI, L. Agroturismo: impactos sobre o turismo no espaço rural no Espírito Santo. Vitória : Sebrae/ES, 2007. Disponível em: <http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/DowContador?OpenAgent&unid=4710DCC0888DC3B0832573A3004C3842>
- DIMAGGIO, P. J. e POWELL, W. W. Introduction. In: POWELL, W. W. e DIMAGGIO, P. J. (Eds) **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- PRASAD, B. C. Institutional economics and economic development: the theory of property rights, economic development, good governance and the environment. **International Journal of Social Economics**, 30, p. 741-762, 2003.
- ROQUE, A. M. **Turismo no espaço rural: um estudo multicaso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 106 p., 2001.
- SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: **Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**, 2, 2000, Santa Maria, RS. Anais... Santa Maria, RS: EDUSC, 2000, 35p.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE (2005) **Cidade do Espírito Santo é a capital nacional do agroturismo.** Disponível em <http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=3909023&canal=212>. Acesso em 29/01/2008.
- SILVA, G. da J.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Santa Maria, p. 11-49, 1998.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. 2<sup>nd</sup> ed. Thousand Oaks: Sage, 2001.

SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. New York: The Free Press, 1985.

WILLIAMSON, O. E. The Economics of Governance, **American Economic Review**, 95, 2, May 2005, p. 1-18.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3a ed., São Paulo: Bookman, 2005.

YOON, Y.; GURSOY, D.; CHEN, J. S. Validating a tourism development theory with structural equation modeling. **Journal of Rural Studies**, v. 22,n. 9, p. 363-372, 2001.

ZANDONADI, M. **Venda Nova: um capítulo na imigração italiana**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1980.